

## SEÇÃO V – PRODUÇÃO, EMPREGO E RENDA <sup>1</sup>

### O Ajuste Recessivo

Edgard Antonio Pereira

Adriana Nunes Ferreira

### Introdução

A análise do comportamento dos agregados econômicos, da produção e do emprego no período 1999-2003 permite avaliar o desempenho da política macroeconômica guiada pelo modelo de câmbio flutuante. Teoricamente, a flutuação da taxa de câmbio teria o condão de minimizar os efeitos de choques externos adversos sobre o nível de renda agregada. Sustenta-se que, na ocorrência de choques, a mudança de preços relativos decorrente da flutuação da taxa de câmbio ajustaria a composição da oferta entre bens comercializáveis e não comercializáveis, minimizando os efeitos dos choques sobre o nível de emprego.<sup>2</sup>

Os dados apresentados adiante (item 1 Produto Interno Bruto) mostram, entretanto, que o ajustamento aos choques cambiais sob a égide do regime de câmbio flexível não tem conseguido minorar os efeitos adversos desses choques sobre a atividade econômica.

Uma desvalorização da moeda nacional corresponde a uma alteração dos preços relativos entre bens comercializáveis e não comercializáveis. Espera-se que num primeiro momento, a produção dos bens exportáveis se expanda, ao passo que a dos vendidos internamente se contraia. O efeito líquido de curto prazo sobre o emprego dependerá, primordialmente, das taxas de variação e das

participações relativas da produção doméstica e da exportável no total da produção.

De fato, no período recente, as exportações líquidas desempenharam esse papel compensatório na manutenção do nível de atividade, especialmente na absorção do choque cambial do segundo semestre de 2002 ([Tabela 1](#) e [Gráfico 1](#)), indicando que as exportações e importações são sensíveis à desvalorização cambial, sobretudo quando esta ocorre na magnitude observada.<sup>3</sup> Aceitar, porém, que as exportações líquidas possam permanentemente servir como meio de absorção dos impactos de choques cambiais, implica admitir a inexistência de restrições à expansão da produção para o mercado externo e de limites para a contração das importações.<sup>4</sup> Há razões para se acreditar, no entanto, que o crescimento das vendas líquidas ao exterior não seja suficiente para recorrentemente sustentar o nível de atividades, compensando a retração da produção para o mercado interno.

É razoável imaginar que existem restrições internas e externas à ampliação continuada das exportações. As internas estão relacionadas a um provável esgotamento da capacidade produtiva dos setores que vendem simultaneamente para os mercados externo e interno. As externas, por seu turno, são dadas, principalmente, pela natureza da inserção do país no comércio internacional pelo ritmo de crescimento da economia internacional e pelas políticas protecionistas praticadas pelos países de destino das vendas brasileiras.

A existência de óbices ao crescimento contínuo das exportações limita a capacidade dessas em efetivar a alteração da composição da

<sup>1</sup> Os autores agradecem a Rosângela Ballini, Eliana Ribeiro da Silva, Bruno Martelo de Conti e Rafael Brigolini pelo excelente suporte técnico na preparação das informações utilizadas nessa SEÇÃO.

<sup>2</sup> Ver a respeito Silveira, Marcos A. C. *Intervenção da autoridade monetária no mercado de câmbio em regime de flutuação administrada*. Brasília: Banco Central do Brasil, mar. 2003. p. 1-70. (Notas Técnicas, n. 34). Para recomendações de gestão de política monetária em regime de câmbio flutuante ver Fraga, Armínio et al. *Inflation target in emerging markets economies*. Brasília, jun. 2003. p. 1-49. (Working Papers Series, n. 76).

<sup>3</sup> Para estimativas de elasticidade das exportações e importações brasileiras, ver Paiva, Cláudio *Trade elasticities and market expectations in Brazil*. IMF Institute, Jul. 2003. (IMF Working Papers). O autor sustenta que apenas a operação do regime de câmbio flutuante com metas de inflação é incapaz de garantir uma trajetória de equilíbrio sustentado das contas externas brasileiras. As estimativas feitas no estudo mostram que a elasticidade renda doméstica das importações brasileiras é o dobro da elasticidade renda internacional das exportações.

<sup>4</sup> Ou, alternativamente, entender que a restrição cambial da economia brasileira está superada e não se espera a ocorrência de novos choques cambiais.

produção entre comercializáveis e não comercializáveis, o que mitigaria o efeito da desvalorização cambial sobre a demanda agregada. Como consequência, o ajuste ao choque cambial requereria uma queda mais acentuada da produção total, puxada por uma retração mais pronunciada da demanda interna, acompanhada por uma contração das importações.

Há, porém, outro componente do ajustamento a choques cambiais em regime de câmbio flexível com metas de inflação que, ao final, também leva a uma contração maior da atividade econômica do que a esperada. Trata-se da magnitude do *pass-through* da depreciação cambial à inflação doméstica.<sup>5</sup> A retração do nível de atividade decorrente do impacto da desvalorização cambial sobre os preços domésticos se dá diretamente pela queda do valor real das rendas, em especial dos salários, e em seguida pelo encarecimento do crédito, como resultado da adoção de uma política monetária contracionista. A redução imediata da atividade econômica será tão mais intensa quanto maior a desvalorização cambial e quanto maior o diferencial entre a inflação corrente e a meta inflacionária definida. Com efeito, por intermédio da meta de inflação, o regime de câmbio flutuante aprisiona a política monetária, colocando-a a reboque do comportamento do mercado de câmbio.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Para um estudo sobre a magnitude do *pass-through* da desvalorização cambial em um painel de 71 países no período 1980-1998, ver Goldfajn, Ilan, Werlang, Sérgio. *The pass-through from depreciation to inflation: a panel study*. Brasília: Banco Central do Brasil, Sept. 2000. p. 1-47. (Working Papers Series, n. 5). Os testes conduzidos no estudo mostram que o *pass-through* é comparativamente maior nas economias classificadas como emergentes (onde estão incluídos Brasil, Argentina e México, entre outros) em relação aos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, conforme classificação do Banco Mundial. Feito o corte do painel por região, o *pass-through* das Américas (obviamente por influência das economias latino-americanas) é significativamente maior do que o da Europa, Ásia, África e Oceania.

<sup>6</sup> Testes de causalidade (*Pairwise Granger Causality Tests*) realizados para as variáveis taxa de câmbio nominal e taxa de juro de curto prazo, no período janeiro de 1999 a março de 2003, não rejeitam a existência de uma relação de causalidade entre taxa de câmbio e taxa de juro de curto prazo.

O *pass through* das variações da taxa de câmbio para os bens comercializáveis se dá de duas maneiras: diretamente, por meio dos preços dos produtos importados, sejam de consumo ou insumos, e, indiretamente, por intermédio dos produtos e serviços que, embora produzidos e em larga medida comercializados internamente, têm seus preços referenciados à moeda estrangeira, sejam bens intermediários ou destinados ao consumo final. Esse conjunto de bens representa parcela significativa da produção doméstica. Praticamente todos os insumos básicos (metálicos, química, papel, celulose, entre outros) obedecem a regras que indexam o preço do produto nacional à moeda e aos preços internacionais. Essas regras constituem-se em arranjos eficientes (contratuais ou não) de longo prazo, sendo, em geral, inflexíveis no curto prazo. O mesmo vale para boa parte dos bens intermediários (laminados, segunda e terceira gerações da petroquímica, embalagens etc), que, ademais, são vendidos simultaneamente nos mercados interno e externo. A maior concorrência no mercado internacional, por seu turno, tende a tornar os preços internos desses produtos rígidos à baixa, como mecanismo de sustentação da rentabilidade média da produção.

Para os bens produzidos e com preços determinados localmente – não comercializáveis – a transmissão da variação cambial aos preços advém do impacto da desvalorização sobre variáveis importantes na formação do preço desses produtos: custos com matérias-primas, embalagens, fretes etc, preço de eventuais produtos importados concorrentes e custo de oportunidade da exportação. A variação desses preços ante as desvalorizações cambiais depende igualmente das respectivas estruturas de mercado, bem como de variáveis conjunturais e expectacionais.

Há um terceiro conjunto de preços a considerar, os chamados preços administrados, cuja variação guarda relação direta com a desvalorização cambial por meio da indexação

formal (energia, telecomunicações) ou de aumentos autorizados (transporte urbano, remédios, combustíveis), e cujo peso na canastra de bens consumida pela população, em especial de renda média ou baixa, tem aumentado.

Cabe destacar que bens e serviços finais cujos preços respondem às desvalorizações cambiais e à indexação constituem parcela importante da cesta de consumo das classes de mais baixa renda (leite e derivados, açúcar, derivados de soja e milho, farinhas, frangos, carnes industrializadas e serviços públicos). De fato, tais produtos têm participações relativamente maiores na cesta de consumo das classes de renda mais baixa, comparativamente a estratos de renda superior. Assim, os efeitos deletérios da desvalorização cambial sobre os preços acabam sendo mais intensos exatamente sobre aqueles que já tem menor poder de compra.<sup>7</sup>

A inflação resultante da desvalorização cambial expressa, em larga medida, a resistência dos ofertantes de bens não comercializáveis em aceitar a mudança de preços relativos imposta pela desvalorização. Admitindo-se que a maioria desses bens e serviços não seja ofertada em regime competitivo (mercados desconcentrados nos quais a diminuição da procura leva à queda dos preços), é de se esperar que a queda da demanda, embora possa em alguma medida diminuir a intensidade do repasse da desvalorização aos preços, resulte, majoritariamente, em uma redução da oferta e, conseqüentemente, da produção e do emprego.<sup>8</sup> Aceitando-se essa premissa, ao final, a alteração dos preços relativos entre comercializáveis e não comercializáveis, ou seja, da taxa de câmbio real,

seria amortecida, e sua efetivação exigiria uma queda maior do nível de atividade.

Finalmente, na ausência de mecanismos de indexação e em decorrência do baixo poder de barganha dos ocupados face à retração do mercado de trabalho, tende a cair o rendimento real, seja medido como custo (deflacionado pelo índice de preços do bem em cuja elaboração o trabalhador está empregado) seja medido como poder de compra (deflacionado pelo índice de custo de vida).

Essa combinação de retração da atividade econômica com queda do salário real, em particular das camadas de mais baixa renda, digamos, uma “recessão dos pobres”, é o resultado esperado do ajuste a choques cambiais proporcionado pelo regime de câmbio flutuante com metas de inflação, num país com as características do Brasil.

Nos próximos itens dessa seção são analisados os indicadores de produto, produção, emprego e renda desde a adoção do regime de câmbio flutuante. No item 1, é analisado o comportamento dos agregados macroeconômicos. No item 2, são apresentadas as séries de produção industrial, subdivididas em Indústria Extrativa Mineral e Indústria de Transformação. Esta, por seu turno, é analisada considerando-se a classificação em Categorias de Uso e Gêneros. No item 3, são avaliadas as informações referentes às vendas de bens finais e, finalmente, o item 4 Emprego e Renda avalia os impactos da política econômica do período sobre a renda e o emprego.

## **1 Produto Interno Bruto**

O ajustamento aos choques cambiais sob o regime de câmbio flutuante tem levado a uma mudança na composição da demanda agregada. As exportações vêm ocupando espaço crescente na composição do PIB, em detrimento particularmente do consumo das famílias, conforme [Tabela 1](#). Entretanto, é importante

<sup>7</sup> Esse efeito perverso da inflação desencadeada por uma elevação da taxa de câmbio é evidenciado pela comparação dos índices de inflação abertos por faixa de renda (IPCA, INPC, ICV-DIEESE e IPCA Reponderado), como se verá no item 4 – *Emprego e Renda* desta SEÇÃO.

<sup>8</sup> Certamente o intenso e abrangente processo de concentração industrial que se verificou em praticamente toda a estrutura produtiva, de distribuição e comercialização a partir da segunda metade dos anos 90 trouxe mais rigidez ao processo de ajustamento dos preços relativos.

ressaltar que a participação das importações no PIB também cresce no período, de maneira que as exportações líquidas (exportações menos

importações) tornam-se positivas apenas a partir do segundo trimestre de 2002, graças à expressiva expansão das exportações.

**Tabela 1**  
Composição do PIB

Período	FBKF	Consumo Final Governo	Consumo Final Famílias	Exportações Bens e Serviços	Importações Bens e Serviços	Saldo Líquido de Exportações
1999 T1	18,2%	19,5%	63,5%	9,7%	-10,9%	-1,2%
1999 T2	24,2%	18,1%	59,0%	9,6%	-10,9%	-1,3%
1999 T3	16,8%	19,9%	64,9%	10,9%	-12,6%	-1,6%
1999 T4	21,2%	19,0%	61,9%	10,8%	-12,8%	-2,0%
2000 T1	22,5%	18,3%	60,1%	10,1%	-11,1%	-1,0%
2000 T2	22,4%	18,1%	60,3%	10,7%	-11,5%	-0,8%
2000 T3	21,6%	18,0%	61,6%	11,4%	-12,7%	-1,3%
2000 T4	19,9%	21,5%	61,4%	10,4%	-13,2%	-2,8%
2001 T1	22,8%	17,2%	61,9%	11,6%	-13,5%	-1,9%
2001 T2	22,0%	18,0%	61,1%	13,5%	-14,6%	-1,2%
2001 T3	22,2%	17,7%	60,6%	14,7%	-15,2%	-0,5%
2001 T4	18,1%	23,6%	58,9%	13,0%	-13,5%	-0,5%
2002 T1	20,5%	18,1%	61,6%	11,6%	-11,8%	-0,2%
2002 T2	21,7%	19,1%	59,1%	11,8%	-11,7%	0,1%
2002 T3	19,6%	17,3%	59,0%	19,2%	-15,1%	4,1%
2002 T4	16,0%	22,2%	57,8%	19,5%	-15,5%	4,0%
2003 T1	20,4%	16,6%	60,2%	17,9%	-15,1%	2,8%

Deflator: IGP DI

Fonte: IBGE.

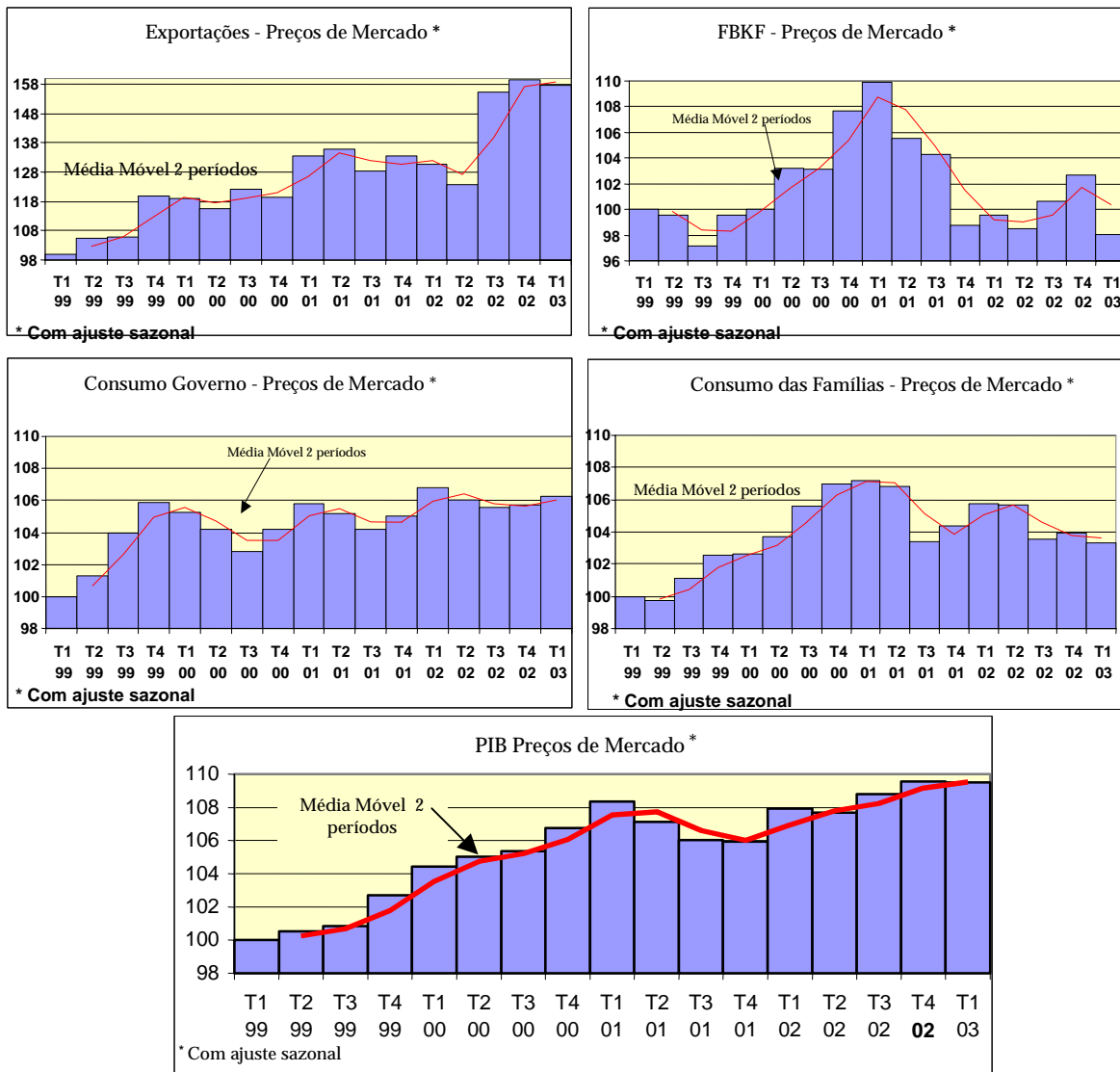
Note-se que os três últimos trimestres do período marcam, simultaneamente, as maiores participações percentuais tanto das exportações quanto das importações. A manutenção do patamar de participação das importações mesmo em um período de forte desvalorização cambial pode ser uma indicação de alguma rigidez da demanda interna por importações após um período no qual o quantum importado reduziu-se substantivamente, entre 1999 e meados de 2001.<sup>9</sup> Se assim for, o efeito da

desvalorização cambial sobre as importações seria, desde então, primordialmente, um aumento do preço em reais desses bens.

Não obstante seu significativo crescimento, as exportações não foram capazes de promover uma expansão expressiva sustentada do Produto. O [Gráfico 1](#) apresenta a evolução do PIB e dos seus componentes pela ótica da despesa, entre o primeiro trimestre de 1999 e o primeiro trimestre de 2003.

<sup>9</sup> No item 2.2.2 *Produção Industrial, Exportações e Importações*, adiante, é feita uma comparação entre as taxas de variação da Produção Industrial, das Exportações e das Importações.

Gráfico 1



Fonte: IBGE/Contas Nacionais.

Vê-se que as exportações efetivamente cresceram em resposta às desvalorizações cambiais enquanto as importações mantiveram-se estagnadas. Por outro lado, tanto o consumo das famílias quanto a formação bruta de capital fixo caíram concomitantemente às desvalorizações de 2001 e 2002.<sup>10</sup> Em 2001 as exportações líquidas não foram capazes de contrabalançar a queda do consumo das famílias e do investimento em 2001, levando à retração do PIB. Em 2002, a queda mais branda dos gastos das famílias, uma ligeira recuperação do investimento (retornando aos níveis de 1999), a elevação dos gastos do governo relativamente a

2001 e um crescimento muito pronunciado das exportações líquidas permitiram uma pequena expansão do Produto Interno até o primeiro trimestre de 2003.

A queda do consumo das famílias em resposta à desvalorização cambial deve-se, essencialmente, à perda de renda real resultante da inflação derivada do choque cambial e ao encarecimento do crédito decorrente da política monetária restritiva de combate à inflação.<sup>11</sup>

De outra parte, não é de se esperar que as exportações líquidas consigam isoladamente

<sup>10</sup> Para a evolução da taxa de câmbio no período ver SEÇÃO III, *As Repercussões da Volatilidade Financeira*.

<sup>11</sup> Sobre a perda de renda real pós-desvalorização ver item 4 *Emprego e Renda* desta SEÇÃO.

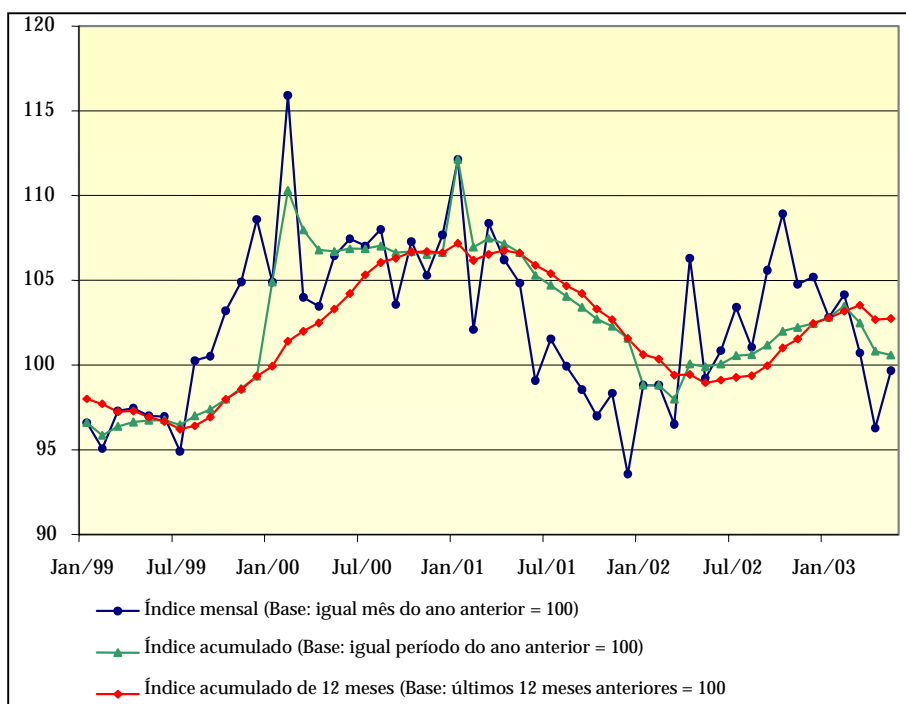
sustentar o crescimento do Produto, seja pela participação das exportações na composição do Produto, seja pela previsível redução das suas taxas de expansão,<sup>12</sup> seja pela impossibilidade de reduzir as importações abaixo de um certo patamar.

Em síntese, o ajustamento aos choques cambiais proporcionado pelo regime de câmbio flutuante tem um viés recessivo. As exportações líquidas crescem, mas a resistência à mudança de preços relativos imposta pela desvalorização reduz essa taxa de crescimento. Ademais desencadeia um processo inflacionário. De pronto, a subida dos preços corrói a renda real, deprimindo o consumo. A política de estabilização que se segue, por seu turno, eleva a taxa de juros, deprimindo o nível de atividade da economia.

## 2 Indústria

Os índices mensais da Produção Industrial mostram a queda na produção da Indústria Geral desde o final de 2002. No [Gráfico 2](#) são apresentados os índices mensal, acumulado no ano e acumulado em 12 meses, em relação ao mesmo período anterior. A análise do indicador mensal permite extrapolar a tendência da indústria, captada nos outros dois índices, particularmente no acumulado em 12 meses. Assim, a comparação de índices mais elevados observados no segundo semestre de 2002 com os esperados para o mesmo período de 2003 permite antecipar que, mesmo havendo alguma recuperação da atividade industrial, os índices acumulados no ano e em 12 meses devam apresentar variações mensais negativas o segundo semestre de 2003.

**Gráfico 2**  
Indústria Geral



Fonte: PIM-IBGE.

<sup>12</sup> Ver INTRODUÇÃO e SEÇÃO II.

A trajetória da indústria mostra bem os efeitos da política econômica baseada no modelo de câmbio flutuante com metas de inflação. O índice acumulado de 12 meses ilustra o *stop and go* da economia.

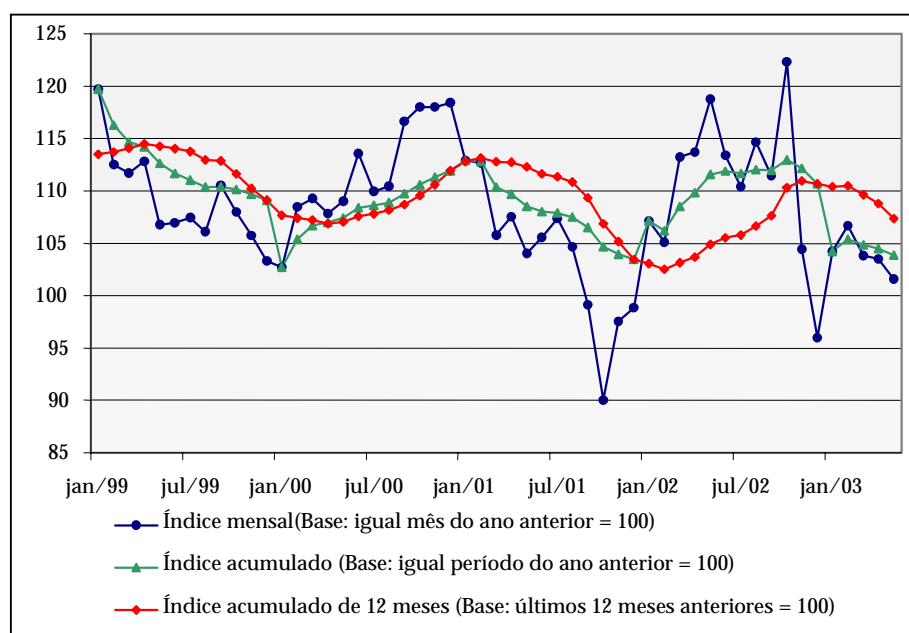
É de se registrar que para a queda da atividade industrial no ano de 2001 contribuiu decisivamente a crise de abastecimento de energia elétrica (o “apagão”). Esse fato revelou que, além das limitações ao crescimento decorrentes da restrição cambial, o esgotamento de capacidade em setores de infra-estrutura, fruto da falta de investimentos nessas áreas, é outro obstáculo a ser superado para desencadear uma trajetória sustentada de expansão.

## 2.1 Extrativa Mineral

A Indústria Extrativa Mineral é das que mais se beneficiam com a desvalorização cambial. As maiores taxas de crescimento dessa indústria ocorrem em períodos de desvalorização da moeda nacional. De fato, os produtos são, em geral, *commodities* internacionais com por parcela expressiva da produção doméstica destinada ao mercado externo. Simetricamente, a produção do setor decresce em períodos de valorização da taxa de câmbio.

O [Gráfico 3](#) mostra que a reversão dos índices mensais a partir de março-abril de 2003 levou à redução dos índices acumulados. Essa é uma indicação de que os ganhos provenientes da desvalorização cambial do segundo semestre de 2002 estariam se esgotando.

**Gráfico 3**  
Indústria Extrativa Mineral



Fonte: PIM-IBGE.

## 2.2 Indústria de Transformação

O padrão acima descrito para a Indústria Geral é dado, em grande medida, pelo comportamento da Indústria de Transformação. A análise dos dados desagregados em *Categorias de Uso* e *Gêneros da Indústria* mostra, adicionalmente, que a retração da atividade econômica atinge indistintamente todos os setores. O quadro se agrava especialmente no

período mais recente – primeiro semestre de 2003.

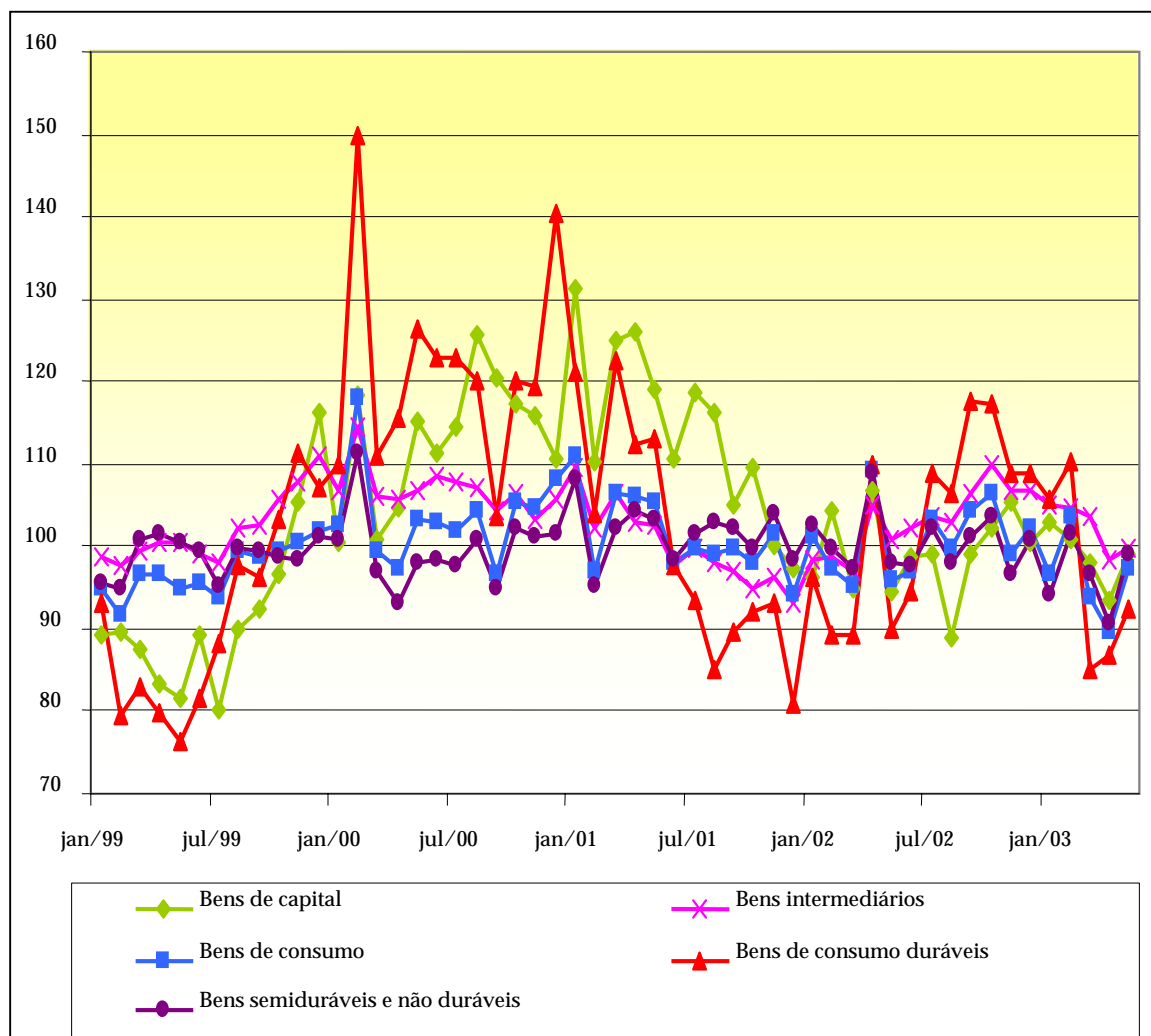
### 2.2.1 Categorias de uso

Os dados da produção industrial por categoria de uso refletem com clareza a retração da economia no período mais recente. O [Gráfico 4](#) mostra o índice mensal (mês sobre mesmo mês do ano anterior) para cada categoria. Chama

atenção o comportamento da produção de bens de capital, em queda desde início de 2001. Para a queda da produção dos bens de consumo contribuiu o mau desempenho da produção de bens duráveis ao longo de 2001 e 2002 e o pífio desempenho dos bens de consumo não

duráveis. O decréscimo da produção destes últimos no período mais recente é uma forte indicação do aprofundamento da crise em direção à parcela de menor renda da população, em cuja cesta de consumo pesam mais os bens não duráveis.

**Gráfico 4**  
Produção Industrial – Categorias de Uso



Fonte: PIM-IBGE.

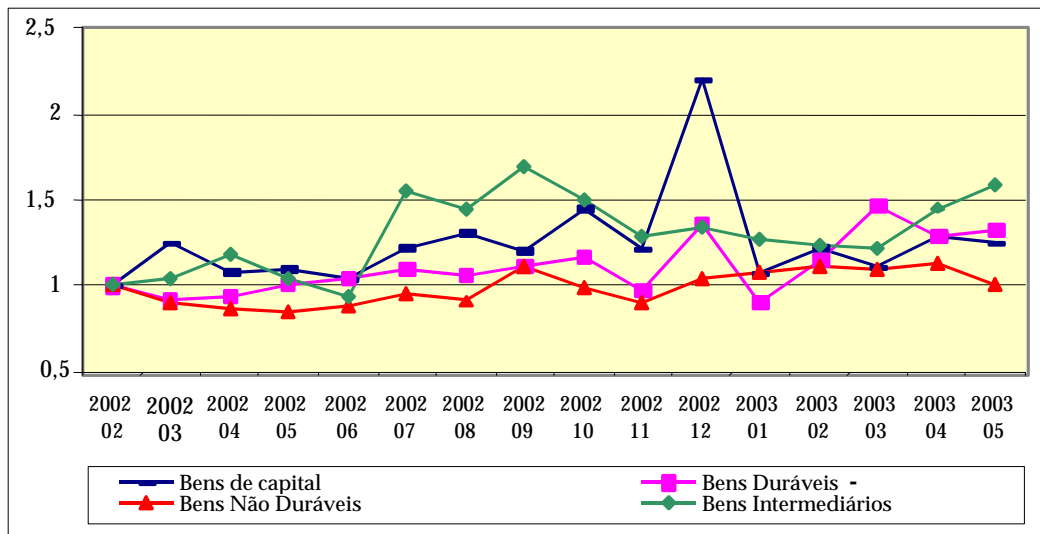
### 2.2.2 Produção Industrial, Exportações e Importações

A comparação do desempenho da produção industrial por categorias de uso com a evolução das exportações segundo a mesma classificação, mostra que o quadro teria sido ainda pior não fosse a contribuição das vendas externas. De fato, a razão entre as taxas de

variação mensal das exportações e da produção é, com pouquíssimas exceções, superior à unidade. Esse fato ocorre entre fevereiro e abril de 2003 inclusive na produção de bens consumo não duráveis, com as exportações desses bens ganhando participação relativamente às vendas internas.

**Gráfico 5**

Variação mensal das exportações/variação mensal da produção, 2/2002 = 1



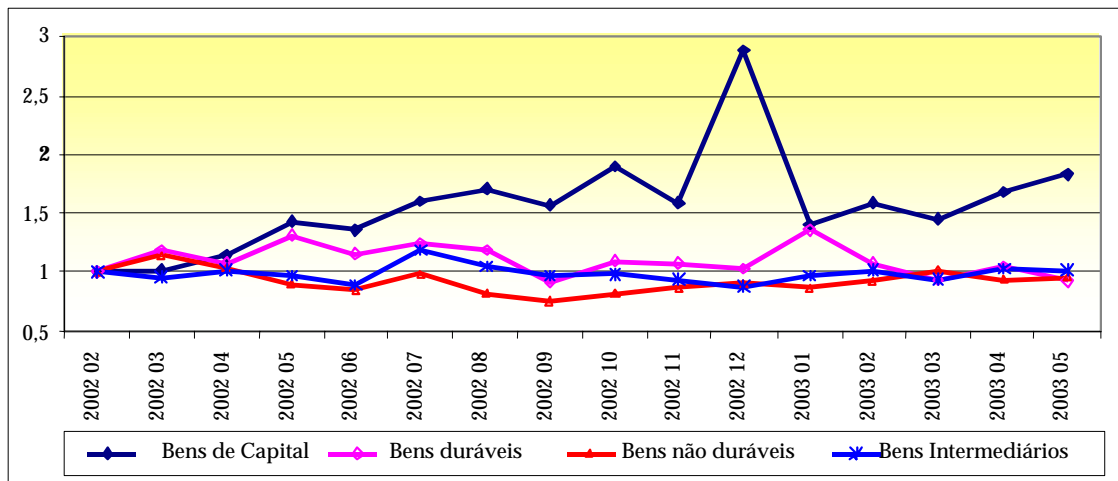
Fonte: PIM-IBGE e FUNCEX.

A avaliação da mesma relação considerando a produção industrial por categoria de uso e as importações segundo a mesma classificação é apresentada no [Gráfico 6](#). Destaque-se o crescimento das importações de bens de capital em taxas superiores à da produção doméstica desses bens. A partir de

fevereiro de 2003 a relação entre a taxa de variação das importações e da produção local dos bens de consumo e dos bens intermediários e basicamente constante e igual à unidade indicando a inexistência de substituição de importações significativa.

**Gráfico 6**

Variação mensal das importações/variação mensal da produção, 2/2002 = 1



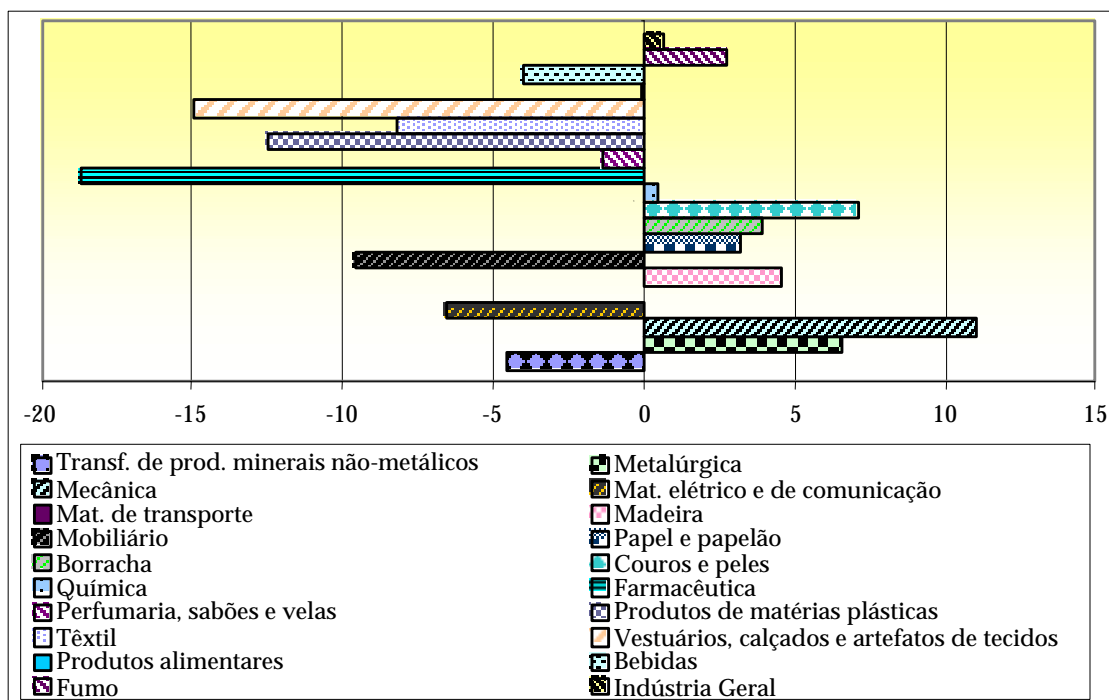
Fonte: PIM-IBGE e FUNCEX

### 2.2.3 Gêneros da Indústria de Transformação

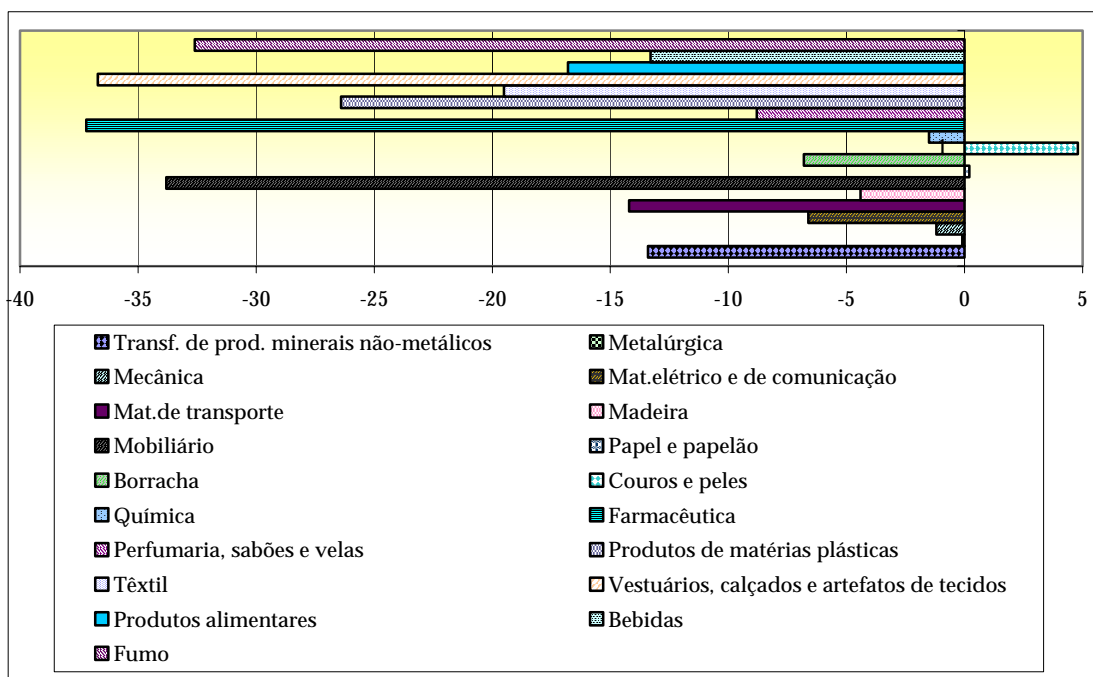
O [Gráfico 7](#) apresenta o índice acumulado no ano sobre igual período do ano de 2002. O índice mensal de maio de 2003 (mês sobre

mesmo mês do ano anterior) – Gráfico 8 – mostra que a queda da produção industrial é generalizada, atestando tratar-se de um fenômeno não setorializado, mas sim de cunho macroeconômico.

**Gráfico 7**  
Produção Industrial – Gêneros Acumulado Jan-Maio 2003/Jan-Maio 2002



**Gráfico 8**  
Produção Industrial – Gêneros  
Maio 2003/Maio2002

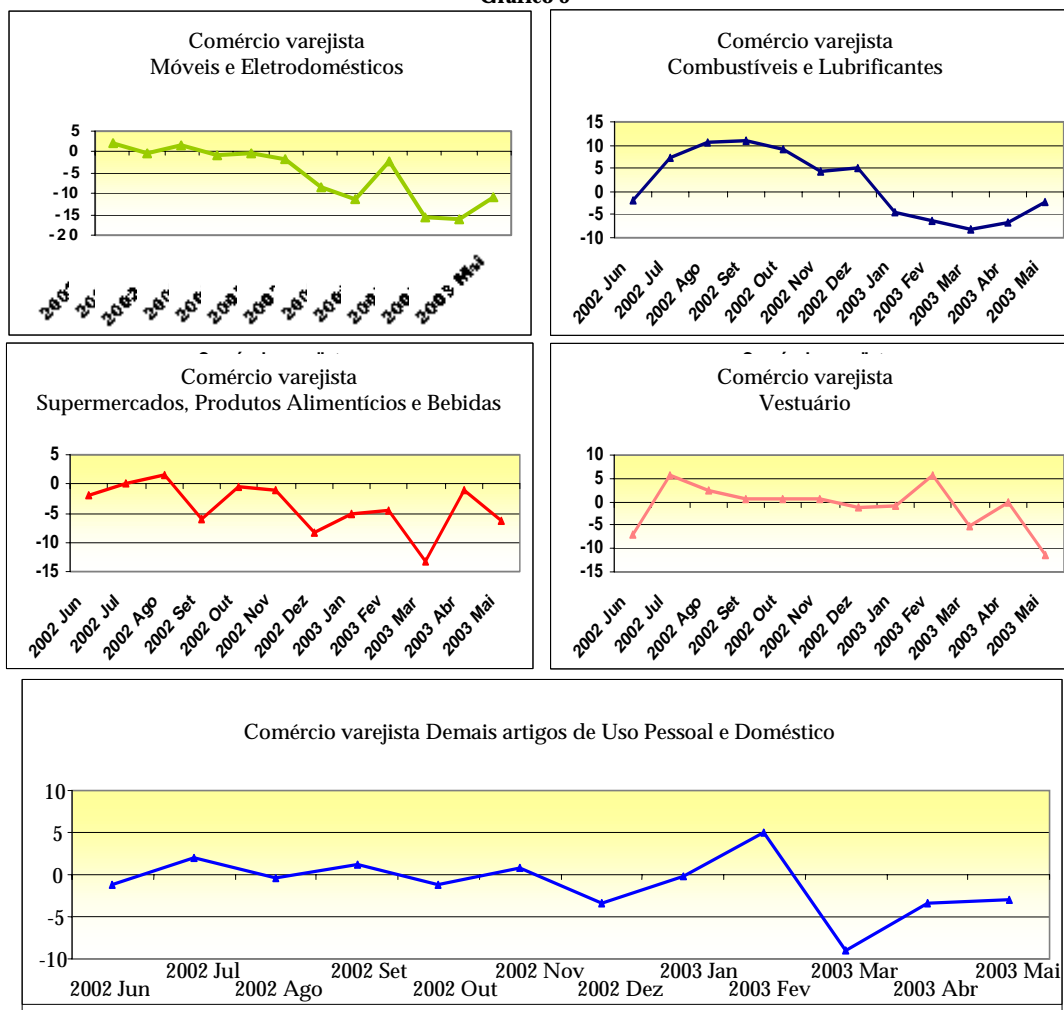


### 3 Comércio Varejista

O desempenho do comércio varejista comprova a severidade da crise atual. A queda

das vendas de produtos alimentícios e bebidas em supermercados mostra que o ajuste recessivo tem levado até mesmo à diminuição das compras de bens de consumo básico.

Gráfico 9



As informações até aqui apresentadas denotam a gravidade da crise atual e sustentam a argumentação apresentada no início dessa seção. O ajuste macroeconômico decorrente de uma crise cambial, na vigência de um regime de câmbio flutuante e de metas de inflação, com livre movimentação de capital, especialmente em condições de restrição ao financiamento via mercado internacional de capitais, será sempre recessivo e de magnitude tanto maior quanto mais expressiva for a desvalorização cambial. A política monetária, ao contrário do previsto, subordina-se ao comportamento do mercado de câmbio pela via do controle da inflação resultante da desvalorização do câmbio. O impacto da variação cambial sobre grande parte dos preços domésticos, em especial os componentes da cesta de consumo da população de mais baixa renda, leva a uma queda do poder de compra da ampla maioria da população, que se reflete, como visto, na queda da produção e das vendas de maneira generalizada.

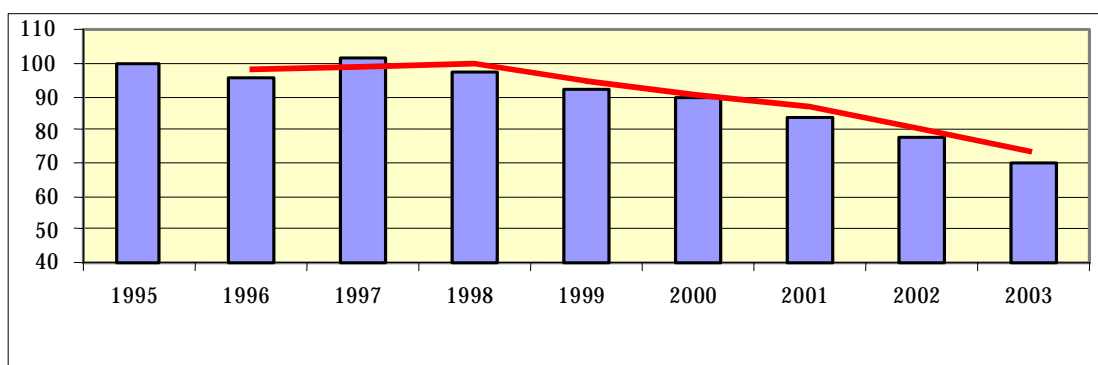
#### 4 Emprego e renda

O encolhimento do mercado interno brasileiro – evidenciado pela queda do componente “consumo das famílias” do PIB e, em particular, pela da produção industrial de bens de consumo não duráveis e semi-duráveis – tem suas raízes em uma importante queda da massa de renda corrente dos ocupados.

Os dados do Seade/Dieese mostram essa tendência, na região Metropolitana de São Paulo, no período de 1999 a 2003<sup>13</sup> (Gráfico 10).

<sup>13</sup> Utilizaram-se, para essa seção do boletim, dados da PED, realizada pelo convênio Seade/Dieese. Apesar de restritos à região metropolitana de São Paulo, eles permitem apreender as especificidades do mercado de trabalho brasileiro – altamente informal. A outra fonte de dado, a PME-IBGE, passou por uma mudança metodológica no período considerado nesse boletim, o que dificulta a utilização das séries para a análise. No entanto, sempre que pertinente, far-se-á referência a esses dados, para efeito de comparação. É possível perceber que, embora os números não sejam iguais, em razão das diferenças metodológicas, refletem as mesmas tendências.

**Gráfico 10**  
Índices Trimestrais da Massa de Rendimentos para os meses de maio  
(maio 1995 = 100)



Obs.: Linha de tendência: média móvel de dois períodos.

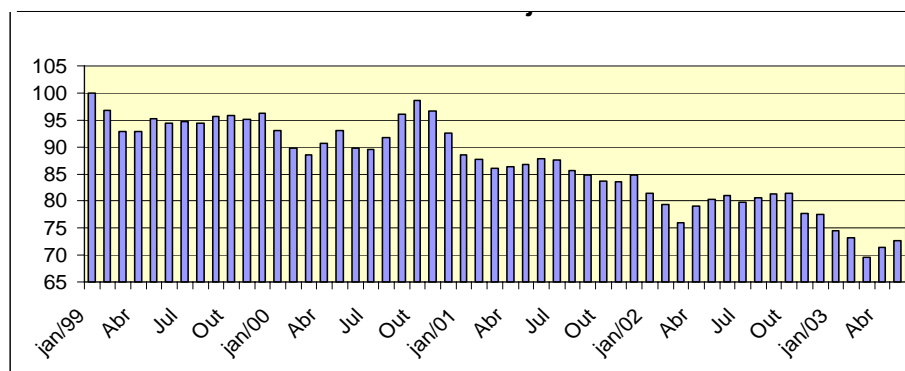
Fonte: PED. Seade/Dieese.

No período todo (janeiro de 1999 a maio de 2003), a queda da massa de rendimentos foi de 27,4% - somente nos últimos doze meses, de 9,6%.<sup>14</sup>

Com dados mensais ([Gráfico 11](#)), é possível perceber que, a partir de 1999, há dois momentos nesse movimento de queda: o

segundo semestre de 2001 (a partir de julho) e a partir de outubro de 2002. Ao final de 2001, certamente pesou o “apagão” e o aumento da desocupação que ele gerou; no segundo, como se verá adiante, a redução da massa de rendimentos foi um eco da desvalorização do Real.

**Gráfico 11**  
Massa de Rendimentos Reais dos Ocupados  
Índices Trimestrais - jan99 = 100



Fonte: PED. Seade/Dieese.

<sup>14</sup> Os dados da PME, do IBGE, vão na mesma direção, mostrando uma queda de 8,99% entre maio de 2002 e maio de 2003. Incorporando dados de junho, acentua-se a queda: variação negativa de 13,2% entre junho de 2002 e junho de 2003.

Como explicar essa queda violenta da massa de rendimentos no Brasil?

É possível ver, pelo [Gráfico 12](#), que a ocupação, na região metropolitana de São Paulo, aumentou desde 1999. No entanto, em relação à taxa de desemprego, observam-se dois momentos distintos: de janeiro de 1999 a janeiro de 2001, observa-se uma tendência declinante. De janeiro de 2001 a junho de 2003, em contraste, a tendência é claramente ascendente. Isso porque a PEA (população economicamente ativa) tem crescido acima da ocupação, evidenciando que o mercado de trabalho brasileiro tem apresentado, crescentemente, dificuldade de absorver mão-de-obra. Chega-se, em junho de 2003, a uma taxa de desemprego total de 20,3%, a maior para o mês de junho desde 1985, quando começou a ser realizada a pesquisa.<sup>15</sup>

Se a ocupação tendeu a aumentar ou ao menos a manter-se no período analisado – com exceção de alguns curtos períodos –, a causa do encolhimento da massa de rendimentos observado no período encontra-se na queda do rendimento médio dos ocupados.

Uma análise da estrutura da ocupação do mercado de trabalho mostra que o acentuado processo de precarização da estrutura ocupacional, que caracterizou a década dos noventa, intensificou-se no período 1999-2001. A migração dos ocupados em direção a uma inserção crescentemente informal, que se revela no crescimento relativo dos ocupados “sem carteira” ou “autônomos”,<sup>16</sup> levou a uma estrutura ocupacional com rendimentos mais baixos e além disso, mais vulneráveis a choques inflacionários. Ou seja, os ocupados no mercado de trabalho brasileiro vêm perdendo, desde o

início da década, poder de repor as perdas inflacionárias.

Pesquisa do Dieese recentemente divulgada<sup>17</sup> sobre negociações salariais mostrou que, no primeiro semestre de 2003, das 149 negociações salariais registradas, apenas 46% resultaram em reajustes equivalentes ou superiores à variação do INPC-IBGE – indicador usado como parâmetro para a recomposição dos salários nos processos de negociação coletiva.

O documento ressalta que essa é a primeira vez, desde a extinção da política salarial, que a maioria das negociações coletivas resulta em reajustes salariais inferiores à variação integral do INPC-IBGE. É de se notar que os resultados do primeiro semestre de 2003 são sensivelmente piores que os verificados nos anos anteriores, para o mesmo período. Em 2002, 59% das categorias conseguiram repor a inflação; em 2001 e 2000, essa taxa foi de 68%. Outro ponto alarmante é que se, no total, 54,4% das categorias não conseguiu repor a inflação, esse número não foi homogêneo entre as regiões do país. Na região Sul, essa taxa foi de 18,5%; na Sudeste, de 57,7%; na Norte/Nordeste de 70% e na Centro-Oeste, de nada menos que 86,7%!

O [Gráfico 13](#) mostra a mudança da estrutura ocupacional, na região metropolitana de São Paulo, de 1999 a 2003. É possível perceber que a participação dos assalariados sem carteira e a dos autônomos no total de ocupados cresceu no período analisado. Ambas as categorias apresentam crescimento superior ao do total de ocupados desde meados do ano 2000.<sup>18</sup> Essas duas categorias são justamente as que recebem um rendimento inferior, como fica claro no [Gráfico 14](#). Note-se que, para o total dos ocupados, cai sensivelmente o rendimento médio no período analisado.

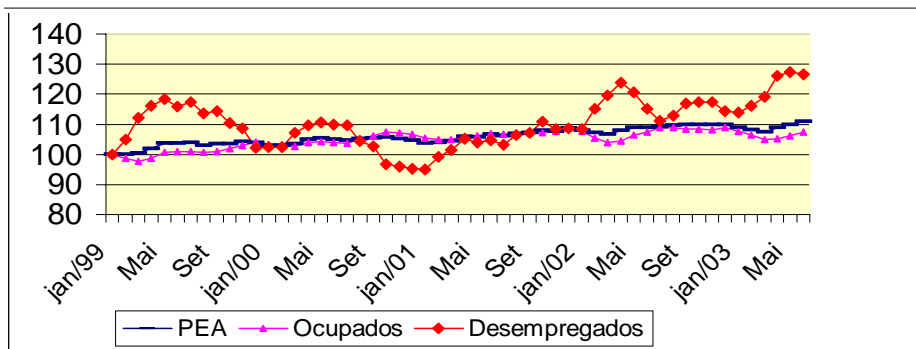
<sup>15</sup> Os dados da PME também apontam nessa direção, mostrando clara tendência de aumento da taxa de desocupação. Em junho, foi de 13%, contra 11,6 % em junho de 2002. Em julho, de 12,8%, contra 11,9 % em julho de 2002.

<sup>16</sup> Quando a década dos noventa é considerada em seu conjunto, observa-se também uma migração dos ocupados em direção ao setor de serviços, em detrimento da indústria. Esse movimento também explica parte da queda do rendimento médio, uma vez que esse setor caracteriza-se por remunerações inferiores.

<sup>17</sup> Dieese. *Balanço das Negociações*, ago. 2003.

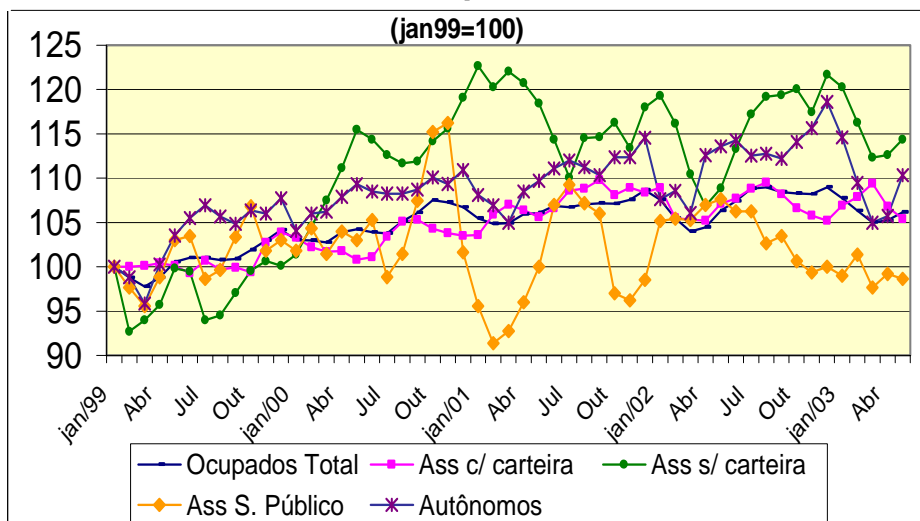
<sup>18</sup> A pesquisa PME-IBGE mostra que, na comparação entre os meses de junho de 2002 e 2003, o número de empregados com carteira assinada no setor privado cresceu 1,7%, enquanto o dos empregados sem carteira assinada cresceu 7,5%.

**Gráfico 12**  
PEA X Ocupados X Desempregados  
(Jan. 1999 = 100)

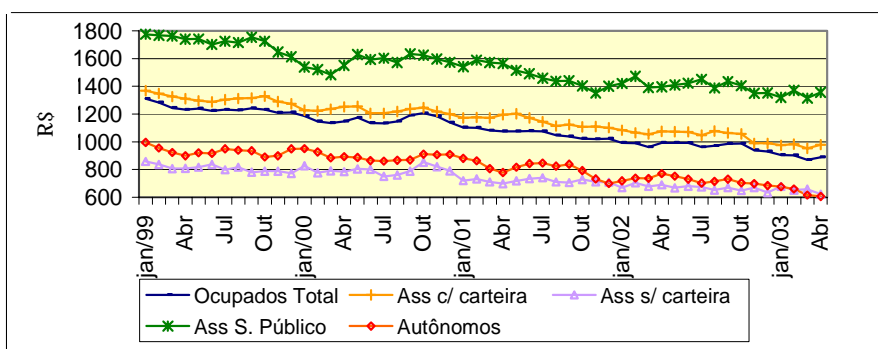


Fonte: PED, Seade/Dieese.

**Gráfico 13**  
Posição na Ocupação – RMSP  
(jan99=100)



**Gráfico 14**  
Rendimento Real Médio por posição na Ocupação – RMSP



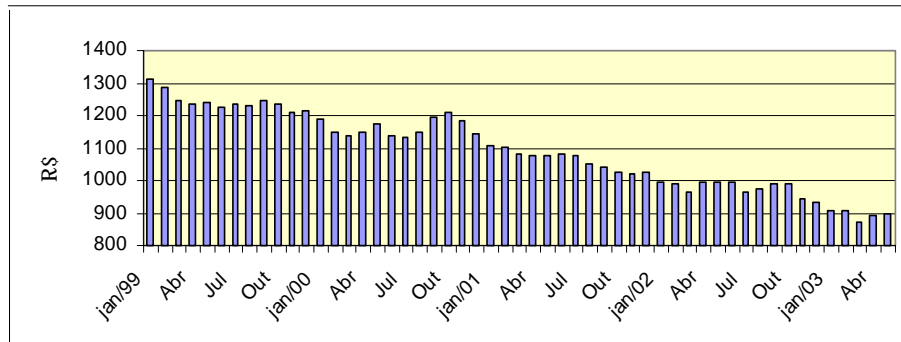
Fonte: PED, Seade/Dieese.

Foi sobre esse mercado de trabalho com uma estrutura ocupacional bastante precária que incidiu o choque inflacionário decorrente das várias desvalorizações cambiais ocorridas desde 1999. O resultado é desastroso: no período, há queda do rendimento real médio de quase 32% - sendo 9,8%<sup>19</sup> somente nos últimos doze meses.

De modo consistente com as oscilações da massa salarial, no período recente, notam-se dois momentos de queda mais acentuada do rendimento médio real: no segundo semestre de 2001 e, de modo mais pronunciado, nos meses iniciais de 2003 ([Gráfico 15](#)).

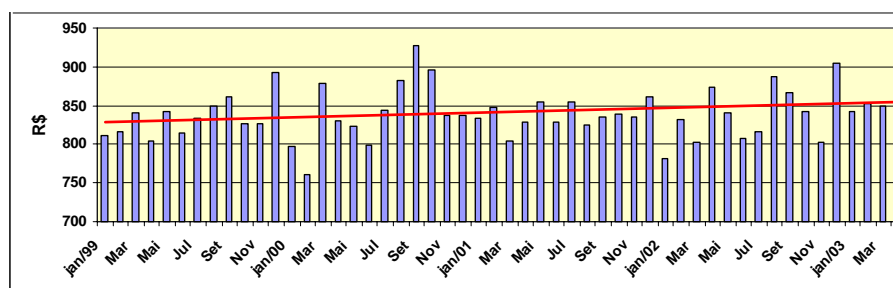
Vale notar que a queda do rendimento real médio deve-se a um choque de preços – não compensado por um aumento de rendimentos nominais. O [Gráfico 16](#) mostra que, na região metropolitana de São Paulo, o rendimento médio nominal no trabalho principal apresentou discreto aumento no período analisado. Assim, embora tenha havido precarização do mercado de trabalho no período considerado, ela não se traduziu em uma queda de rendimentos nominais, na média – mas, como já se apontou acima, em uma perda de poder, por parte dos trabalhadores, de se defenderem dos choques inflacionários.

**Gráfico 15**  
Rendimento Real Trimestral no Trabalho Principal – RMSP



Fonte: PED, Seade/Dieese.

**Gráfico 16**  
Rendimento Nominal Mensal no Trabalho Principal – RMSP



Obs.: Linha de tendência linear

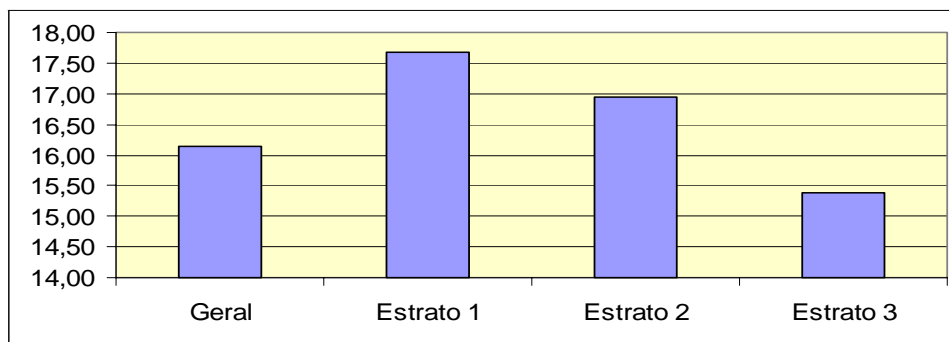
Fonte: PED- Seade/Dieese.

<sup>19</sup> Os dados da PME-IBGE, vão na mesma direção, mostrando uma queda de 9% entre maio de 2002 e maio de 2003. O contraste entre junho de 2002 e junho de 2003 é ainda mais alarmante: a queda foi de 17,3%.

Para tornar um pouco mais amargo o quadro de retração da renda corrente, a distribuição dos impactos da inflação não foi homogênea, sendo particularmente perversa para as classes de renda inferior. Dados do

ICV, do Dieese, evidenciam que o choque inflacionário teve impacto distinto para os três estratos de renda pesquisados, no período de agosto de 2002 a julho de 2003 ([Gráfico 17](#)).

**Gráfico 17**  
ICV Acumulado em 12 meses  
(Ago. 2002 – Jul. 2003)



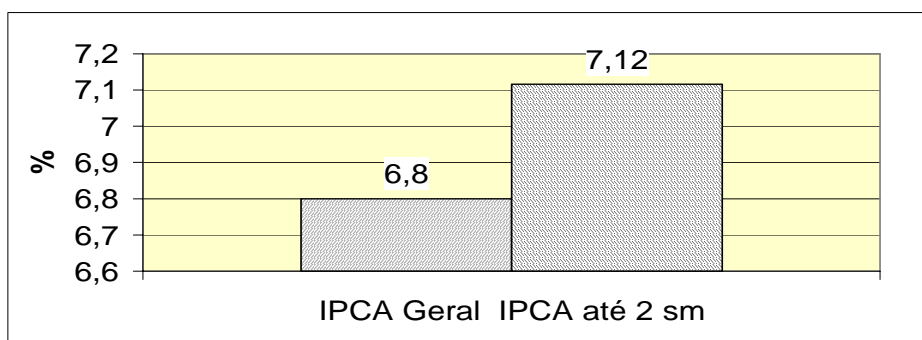
Renda Média (R\$)	
Estrato 1	377,49
Estrato 2	934,17
Estrato 3	2.792,90

Fonte: Dieese.

Foi realizado, para este boletim, um exercício de reponderar o IPCA pela cesta de consumo de pessoa que recebem até dois salários mínimos (utilizando os dados da

POF 1996). O resultado vai na mesma direção que os dados do ICV-Dieese: a inflação para esse grupo é maior que aquela captada pelo IPCA, no ano de 2003.

**Gráfico 18**  
IPCA – Acumulado no Ano



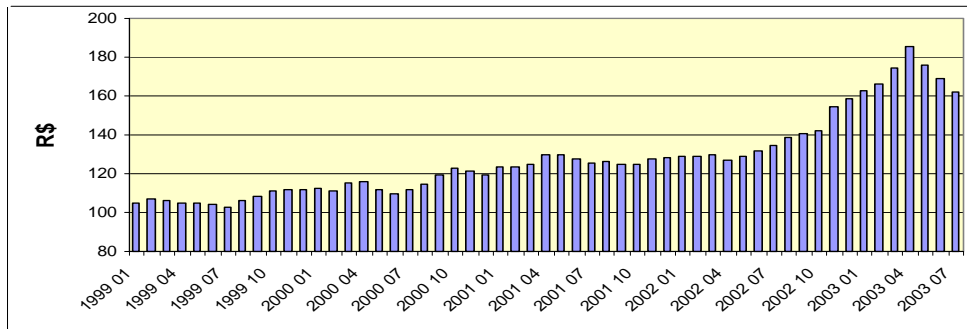
Fonte: IBGE – Elaboração própria.

Isto é o que se denominou aqui de “recessão dos pobres”: a renda corrente das famílias, e particularmente, a das de mais baixa renda, cai de modo acentuado nos últimos anos.

O [Gráfico 19](#) mostra a evolução do preço da cesta básica desde janeiro de 1999. Chama a

atenção o aumento pronunciado deste valor a partir do segundo semestre de 2002. O pico é atingido em 2003, quando do início da valorização do Real.

**Gráfico 19**  
Cesta Básica – RMSP

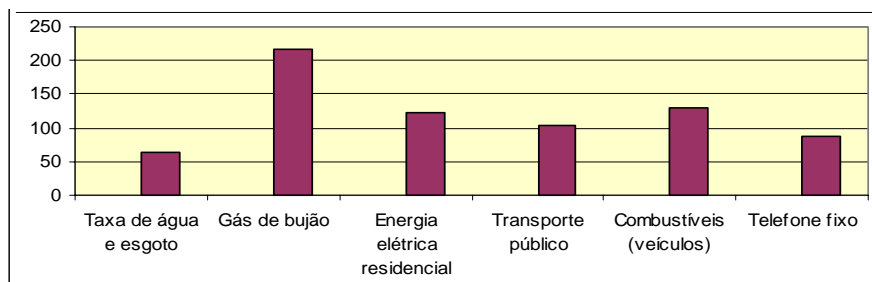


Fonte: Dieese.

É possível perceber que o choque inflacionário teve estreita relação com a desvalorização cambial. Em particular, os preços administrados atrelados ao dólar têm um peso importante na composição do IPCA – e, em especial, na cesta de consumo das classes de mais baixa renda. O [Gráfico 20](#) mostra a

variação acumulada de preços – medida pelo IPCA – de itens com preços administrados entre janeiro de 1999 e julho de 2003. Note-se que todas as variações ficaram acima (algumas, muito acima) da do índice geral no mesmo período, de 49,27%.

**Gráfico 20**  
Preços Administrados  
Variação Acumulada – Jan. 1999/Jul. 2003 (%)



Fonte: IBGE.

Para completar o quadro de encolhimento do mercado interno brasileiro no período recente, há que se ressaltar que, ao lado da queda da renda corrente evidenciada pelos dados acima expostos, ocorreu, no período, uma

violenta retração do crédito ao consumidor – como ficou claro na SEÇÃO III deste Boletim, referente à política monetária.

Se a desvalorização do Real teve efeito desastroso sobre o rendimento médio dos ocupados, a valorização, observada no período recente, não tem efeito simétrico: a corrosão dos rendimentos é muito acentuada quando de uma desvalorização, mas a valorização não recompõe o poder de compra perdido.

Assim, o drástico encolhimento do mercado interno não será facilmente revertido, enquanto, como se mostrou anteriormente, os poucos efeitos benéficos da desvalorização cambial para o crescimento via incremento de exportações já foram esgotados.